Economia Brasileira Década de 70

Patrícia Mendes Dos Santos

O “milagre econômico” (1968-1973)

As políticas implementadas pelo Governo Castelo Branco, possibilitaram a reestruturação da economia brasileira e viabilizaram a expansão econômica no período do chamado **milagre econômico**, verificado entre 1968 e 1973. Em um contexto autoritário, uma série de reformas institucionais foram inseridas a partir do Plano de Ação Econômica do governo.

Em um primeiro lugar, as reformas tinham como objetivo criar um novo esquema não inflacionário de financiamento da acumulação de capital. Entre 1970 e 1974 o PIB cresceu à taxa média anual de 13%, índice elevado se comparado com a taxa histórica de crescimento da economia brasileira situada ao redor de 7% ao ano, e com as taxas de crescimento de outros países para a época.

O crescimento médio da indústria entre 1967 e 1973, foi de 12,7%, e os setores de bens de consumo duráveis, bens de capital e bens intermediários cresceram, respectivamente 23,6%, 18,1% e 13,5% no mesmo período. Durante o auge do recente “milagre” brasileiro, de 1970 a 1973, a produção de bens de consumo duráveis cresceu duas vezes e meia mais depressa do que a produção de bens de consumo não duráveis. A natureza do produto, por sua vez, afeta os tipos de insumos que a indústria exige, tanto em termos de bens de capital, como em termos de produção intermediários.

Neste período também se verificou uma melhora nas relações de troca, o que contribuiu, sem dúvida, para o bom desempenho das exportações. Outro aspecto importante foi à diversificação das exportações, especialmente com o crescimento paulatino das exportações de produtos industrializados. Durante o governo Geisel, a ditadura militar no Brasil produziu, além de uma sistemática estrutura de repressão e tortura, uma imagem de crescimento industrial e de colocação do Brasil entre as potências mundiais. O chamado milagre econômico possibilitou a internacionalização da economia brasileira. Esse milagre econômico da década de 70 foi garantido pelo investimento estrangeiro feito no Brasil por empresas multinacionais e também pelo acesso às linhas de crédito disponibilizadas por instituições financeiras estrangeiras.

Principais características desse período.

* Aspectos positivos:
* Crescimento do PIB (produto interno bruto) entre 7% e 13% ao ano.
* Melhorias significativas na infraestrutura do país.
* Aumento do nível de emprego proporcionado principalmente, pelos investimentos nos setores de infraestrutura e indústria.
* Significativo desenvolvimento industrial, alavancado pelos investimentos nos setores de siderurgia, geração de eletricidade e indústria petroquímica e principalmente, pelo crescimento e fortalecimento das empresas estatais.
* Nesse período o governo usou a euforia popular provocada pelo “milagre econômico” para lançar slogans do tipo “ninguém mais segura esse país.”.

Aspectos negativos:

* Inflação elevada, no período a inflação ficou entre 15% a 20% ao ano.
* Aumento da dívida externa.

Embora a economia tenha crescido consideravelmente não houve distribuição de renda e, portanto aumentou ainda mais as desigualdades sociais no país com o aumento da concentração de renda nas mãos dos mais ricos. Em cem anos de economia brasileira, regimes autoritários e não autoritários tiveram resultados semelhantes. Por exemplo, a diferença de IDP de 67,7% (regimes autoritários) para 62,6 (regimes não autoritários) não é estatisticamente significativa.

Este resultado é valido não somente para o IDP, que é o índice abrangente de desempenho econômico dos presidentes, mas também para os seus componentes (crescimento, desenvolvimento, inflação, dívida interna e dívida externa). Entretanto, os governos não autoritários tiveram melhor desempenho no que diz respeito ao endividamento externo, enquanto os governos autoritários tiveram melhor desempenho quanto ao gerenciamento da dívida pública. O governo Geisel, muito autoritário, foi uma tragédia no que se refere à dívida externa.

O fim do milagre.

O crescimento econômico brasileiro começou a diminuir a partir de 1974 com uma crise mundial provocada pelo “choque do petróleo.” Com o elevado aumento do petróleo no mundo todo afetou diretamente a economia brasileira. Os derivados do petróleo aumentaram muito, elevando ainda mais a inflação. Os investimentos externos e internos diminuíram significativamente, prejudicando o avanço da economia brasileira.

O governo Figueiredo e a crise da dívida.

O governo do general João Baptista de Oliveira Figueiredo iniciou-se em 15 de março de 1979, em meio a uma conjuntura internacional bastante tumultuada. Os problemas enfrentados pela economia brasileira durante o governo Figueiredo estavam diretamente ligados à crise pela qual passava a economia internacional. O desempenho da economia brasileira, durante o Governo Figueiredo, foi bastante errático.

A maneira como o governo lidou com a crise foi bastante penosa para a população, nesse período o país assistia a pior crise econômica de sua história republicana. Os sucessivos “pacotes econômicos.” Impunham maiores sacrifícios, que se materializavam em desemprego, miséria e queda da renda per capta. Diante disso, iniciava-se um grande movimento social com vistas a derrubar o regime militar.

A década de 70 ficou conhecida como a “década do milagre brasileiro.” Naquela época os militares estavam no poder e a economia parecia que ia decolar no país. Tudo com base no fortalecimento Estado, nas multinacionais e no grande capital nacional. O Brasil chegou a ser considerada a 9° economia mundial, porém, nem tudo que parece realmente é. Com a crise do petróleo e com a política de fixação de preços, no final da década de 70 o Brasil enfrentou uma das piores inflações que já havia sido Vista. Assim, com essa maneira que os militares conduziam a economia brasileira, enfraqueceu as finanças do país e minou sua capacidade de sustentar por mais tempo o ritmo de expansão dos anos do milagre.

Referências Bibliográficas:

Gonçalves, R.  *Herança e ruptura*: cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PIRES, M. C. Economia brasileira da colônia ao governo Lula. São Paulo Saraiva, 2010.

SOARES, F. Economia Brasileira: Da Primeira República ao Plano Real. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Site UOL Disponível em:

<[http://arte.folha.uol.comHYPERLINK "http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-economia.html".HYPERLINK "http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-economia.html"br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-economia.html](http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-economia.html)/>Acesso em 15 de Novembro de 2017